

A QUESTÃO DA FRONTEIRA SINO-INDIANA

Anthony S. Reyner

*Diretor do Departamento de Geografia
da Universidade Howard, E. U. A.*

Logo após a segunda guerra mundial, a China e a Índia tentaram governar diretamente as áreas periféricas do Himalaia. Tais esforços eliminaram a terra-de-ninguém entre as duas regiões e fizeram surgir a necessidade de delimitação exata (1). Ao longo de milhares de milhas as cordilheiras escarpadas e cobertas de neve do Himalaia evocam a idéia de um limite, embora, simultaneamente, dificultem a delimitação. Compreendendo que as tribos feudais montanhesas não confiavam umas nas outras, sendo mesmo mais confiantes nos estranhos, a Grã-Bretanha, hábilmente, conservou vivas as diferenças políticas e culturais entre êsses povos isolados. Como resultado, a maior parte dêles aceitou a proteção britânica com relativamente pouco esforço de persuasão. Durante mais de cem anos a aliança política das tribos ao longo da periferia montanhosa do subcontinente indiano funcionou como um *cordón sanitaire* e ajudou a proteger o Império contra influências indesejáveis provenientes do outro lado da fronteira.

Ao final do século XIX, a Grã-Bretanha fêz um acôrdo com a Rússia e o Afganistão sôbre a fronteira ocidental, a Linha Durand, que pouca paz propiciou até o momento atual (2). Contrastando, a fraqueza continua da China não ocasionou o surgimento de problemas particulares no setor central, onde montanhas encontravam-se com planícies ao longo dos limites tradicionais das jurisdições principescas. No leste, as relações relativamente pacíficas com um grupo de tribos montanhesas independentes tiveram precedência sôbre a delimitação exata.

Como resultado, em 1947, o Império legou a seus sucessores obrigações, embora sem poder e recursos suficientes para cumpri-las de modo adequado. Na orla oeste da barreira do Himalaia, o Paquistão deveria conter os insubordinados afgãos e patas (os «Pushtoons» como alguns os chamam) enquanto vigiavam a Ásia Central Soviética. Na extremidade ori-

ental, Burma, devastada pela guerra e pela desintegração social e regional, achava-se imprensada entre a China e o Oceano Índico.

No centro, a Índia repartia a fronteira geográficamente dividida com o Sinkiang chinês e o Tibet por cêrca de 2.200 milhas. Nunca precisamente delimitada e definida apenas em parte, êsse tradicional divisor corre das geleiras do Aghil (que confronta com a Cordilheira de Karakorum na disputada Caximira), e atravessa a quase inabitável *tundra* de Ladakh em direção a Nepal. A leste dêsse reino soberano, uma fronteira definida circumscreve virtualmente o pequeno, porém fértil e rico em minerais, protetorado de Sikkim. Limita então o Bhutan semi-independente e continua ao norte de Assam como a Linha McMahon ao longo do divisor de águas do Himalaia até se encontrar com Burma perto de Talu Pass (3).

Um período de cêrca de 300 anos de inexistência de uma autoridade virtual da China sôbre o estado a um só tempo espiritual e temporal do Tibet constituíra tão pouco perigo à segurança da Índia durante a primeira guerra mundial que o Coronel Sir Thomas Holditch, o grande Demarcador, declarou: «... é a mais bela combinação de fronteira e barreira que existe no mundo... nunca houve limite dado por Deus que fixasse uma tão vasta, impressionante e estupenda fronteira» (4). Exatamente, vinte anos mais tarde, o Professor Kenneth Mason profeticamente disse à Sociedade Geográfica Real que o Himalaia permaneceria uma barreira política e física às comunicações «até podermos atravessá-la em múltiplos aviões artificialmente aquecidos, e com um teto de aproximadamente 40.000 pés» (5).

Contudo era o Himalaia mais do que uma mera barreira. Ligava civilizações periféricas e funcionava como região geográfica com características próprias. Sua elevação e isolamento tendiam a fundir povos e culturas que vieram em diferentes épocas e de muitos lugares. Às vêzes êste planalto varrido pelo vento governava as planícies adjacentes; outras vêzes, prestava-lhes homenagem. Os chefes do Tibete refugiavam-se na China, e algumas vêzes na Índia, onde lhes ofereciam asilo. Após a destruição da Dinastia Manchu, o Dalai Lama repudiou as reivindicações da China sôbre o Tibet e proclamou independência do país em 1912 (6).

A questão da fronteira setentrional surgiu no Parlamento Indiano em 1950. Quando Nehru interrogou a China sôbre o alinhamento impróprio da fronteira, quatro anos mais tarde disseram-lhe para não dar a menor atenção aos velhos mapas do Kuomintang que a República Popular ainda não tivera tempo de corrigir. Realmente, em novembro de 1956, durante sua visita à China, Chou En-lai assegurou a Nehru que a República Popular reconheceria como fronteira internacional a parte indiana da esquecida Linha McMahon (7). (A China, ultimamente, aceitou a

linha das 120 milhas a leste da Linha McMahon como fronteira de Burma). Infelizmente antes da fronteira indeterminada entre a China e a Índia poder tornar-se uma linha divisória definida, a antiga zona «amortecedora» tornou-se um dos lugares mais agitados da Ásia (8).

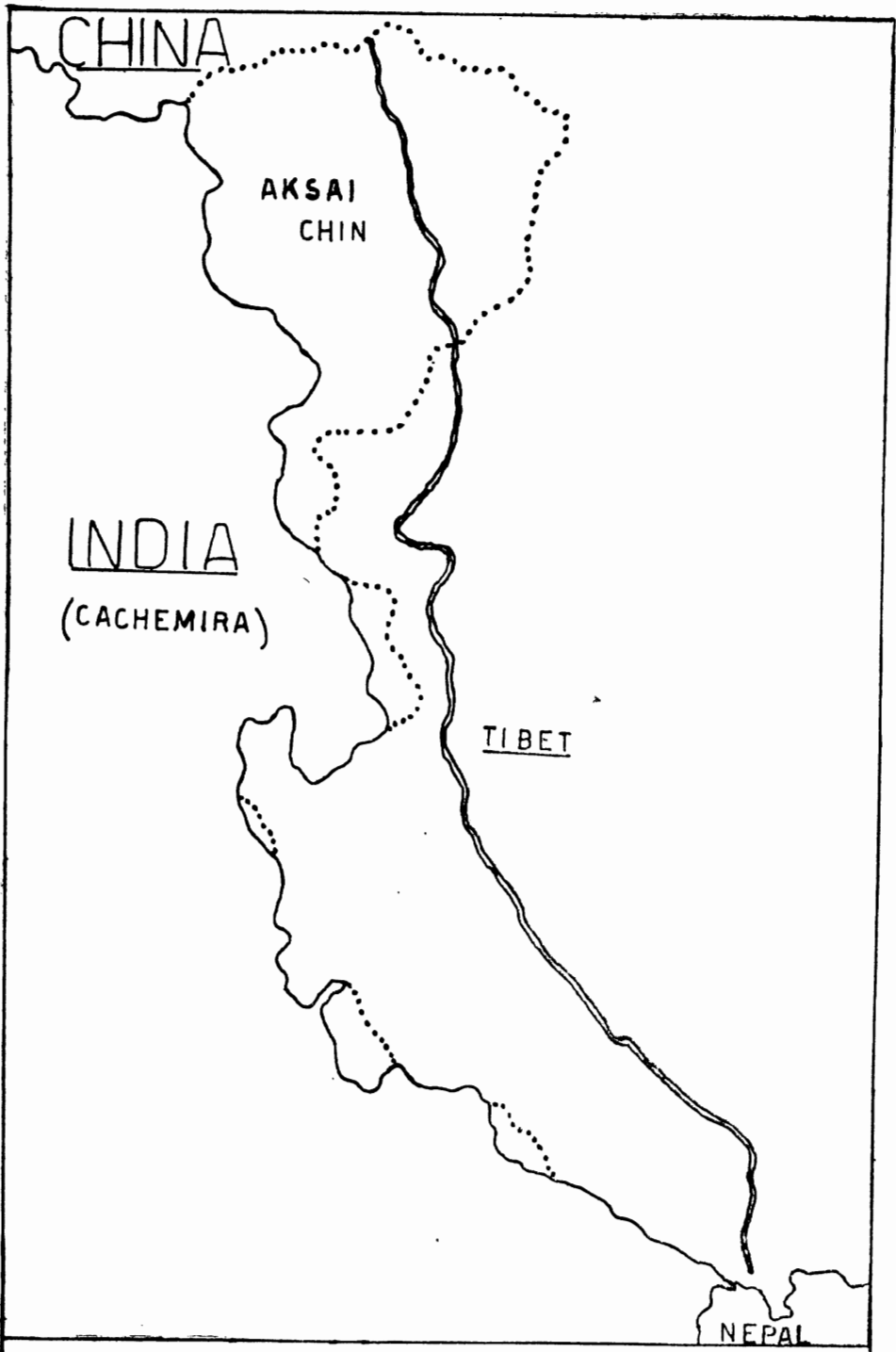
As relações sino-indianas foram, a princípio, tão cordiais que a Índia insistentemente advogou a admissão da China Vermelha nas Nações Unidas e passou a criticar sistematicamente a diplomacia hostil à República Popular, fôsse na Coréia ou em qualquer outra parte. A Índia reconheceu o Tibet como região política da China e, aos 29 de abril de 1954, assinou um acôrdo em Pequim a fim de fomentar o comércio e facilitar a peregrinação através a fronteira tibetana (9). Na realidade, êsse tratado restringia o comércio assim como as viagens a lugares específicos e a determinadas rotas de montanha (10). Por conter êsse preâmbulo cinco princípios abstratos — embora novos — para o modo de ação internacional, tornou-se o tratado conhecido como «Panch Sheel».

O ambiente em que a China e a Índia realizaram êsse acôrdo deve ter sido mais significativo do que o próprio tratado. Nem bem tivera a tinta oportunidade de secar, nesse projeto orientador da coexistência pacífica, do respeito mútuo pela integridade territorial, etc., e começaram os incidentes de fronteiras.

A 10 de setembro de 1956, uma patrulha do Exército chinês atirou pedras numa unidade da Polícia de Fronteiras em Shipki Pass, e ameaçou usar granadas de mão. A República Popular da China posteriormente queixou-se desta e de outras «incurções indianas ao Tibet». A 28 de setembro de 1958, um oficial do Exército chinês conduziu uma unidade de 50 homens até Burma através do extremo oriental do Pôsto da Fronteira Nordeste da Índia. Quando a Índia protestou, a 18 de outubro, contra uma estrada que a China construía através de território tradicionalmente indiano, os chineses formularam uma contra-acusação, entre outras coisas de «violação» por um grupo de reconhecimento indiano enviado para fotografar aquela estrada. Em março de 1959 a revolta tibetana agravou a crise e em agosto a China apoderou-se de oito aldeias fronteiriças no Butan (a defesa e as relações externas dêsse país estiveram nas mãos da Índia durante mais de meio século) e transpôs o pôsto de fronteira indiano de Longju.

Até o último momento, atônitos, oficiais de Nova Delhi tentaram acreditar que se tratasse de incidentes isolados de fronteiras e não de um plano sistemático para mudar a fronteira existente. No entanto, a maneira de agir chinesa foi clara desde o início: patrulhas leves foram seguidas de perto por grupos de reconhecimento mais fortes, capazes de estabelecer um caso prima facie de ocupação chinesa permanente e de tratar a oposição indiana, se encontrada, como violadora do solo chinês (11).

Incapaz de manter-se por mais tempo silenciosa, na sua política de coexistência pacífica, no fim de 1959, a Índia liberou a correspondência oficial sôbre a disputa de fronteiras com a China.



SETOR OCIDENTAL DAS FRONTEIRAS SINO-INDIANAS

- Linha de fronteira de acôrdo com o ponto de vista indiano.
- Linha de fronteira de acôrdo com o ponto de vista chinês.

Esta volumosa correspondência, sem rival na história diplomática, continuou sem decrescer — durante e após as hostilidades da fronteira do Himalaia — por todo o ano de 1962. Durante a ofensiva chinesa, em outubro de 1962, a Índia e a China trocaram umas 400 notas (12).

Todos êsses documentos divulgaram, sem dúvida alguma, que fôrças regulares chinesas tinham-se infiltrado em Aksai Chin desde 1950. As tropas chinesas não encontraram oposição indiana durante cinco anos. Em consequência, entre 1954 e 1955, reconheceram êsse planalto alcalino deserto, provàvelmente leito de um antigo lago, localizado a 17.000 pés acima do nível do mar. Em setembro de 1957, num esforço de vencer os efeitos do clima frio, os chineses completaram cêrca de 100 milhas de estrada militar entre Sin-Kiang e o Tibet. Tornou-se evidente que, ao fim de 1959, a China havia ocupado umas 12.000 milhas quadradas no nordeste de Ladakh e se estendera para o sul do Kongka Pass, através o Rio Chang Chenmo e o Lago de Pangong até Demchok, também conhecido como Parigas (13).

Ao sul do seguimento central da fronteira disputada, de acôrdo com a China, «em sua maior parte correspondente à realidade», a República Popular requer, por razões étnicas, além de outras, como o faz em outras áreas, cêrca de 2.000 milhas quadradas de território indiano. As fôrças comunistas apoderaram-se de cêrca de 30 milhas quadradas na área do Spiti até o sueste de Shipki La em Punjab, e reivindicam os acessos meridionais a essa passagem. A seguir, os chineses infiltraram-se umas 50 milhas quadradas no setor pastoril de Nilang-Jadhang, a oeste do Niti Pass e próximo às nascentes do Ganges. Além disso, penetraram, embora não muito profundamente, em Bara Hoti (Wu-je em chinês), Sangcha Malla, Hapthal e outras áreas sagradas hindus em Uttar Pradesh e mais alguns lugares.

A China não tem queixas contra o Nepal no momento, tendo recebido uma escarpa do Monte Everest em 1960, quando umas 500 milhas de fronteira foram demarcadas. Não parece haver desacôrdo aparente acêrca da linha de fronteira de 140 milhas do protetorado indiano de Sikkim. Esta foi estabelecida de acôrdo com a China em 1890, demarcada cinco anos mais tarde e reconhecida pelo Tibet durante a expedição de Youngbusband em 1904. Tendo ocupado oito aldeias de fronteira, a China presumivelmente não mais tem pretensões contra o Butan, embora ocorram, ocasionalmente, incidentes de fronteira. O fato de mapas oficiais chineses recentes mostrarem outras partes de Butan no Tibet não impediu a República Popular de se referir tanto ao Sikkim como ao Butan como «efeitos da agressão britânica» (14).

A leste de Bhutan, os cartógrafos e políticos chineses uniram-se para reivindicar uma área de 400 milhas de comprimento e cêrca de 75 a 100 milhas de profundidade. O território disputado no setor de Fronteiras do Nordeste estende-se da Linha

McMahon para o sul até a junção do sopé das montanhas do Himalaia com os aluviões do Brahmaputra (15).

Dizem ser a Linha McMahon, de 710 milhas, produto de uma conferência ocorrida em Simla, em 1913 e 1914. Verdaderamente, a Índia Britânica e o depois independente Tibet obtiveram sua fronteira mútua poucos meses antes dessa conferência. O limite se desviava do divisor de águas do Himalaia (que foi levantado entre 1911 e 1913) apenas para deixar no Tibet a aldeia de Migyitum no curso superior do Subansiri e os lagos sagrados Tso Karpo e Tsari Sarpa. Casualmente, em 1959, o Dalai Lama fugiu para a Índia através desse setor e refugiou-se no Mosteiro Budista de Towang.

O ponto principal da Conferência de Simla foi a definição do **status** político do Tibet e sua relação com a China. Ambos os Estados compareceram. Quando começaram as palestras, aos 13 de outubro de 1913, o Lönchen Shatra do Tibet reivindicou o território perdido para a China na área de Chamdo ou Changtu, umas 370 milhas a leste de Lhasa, enquanto seu oponente, Ivan Chen, simplesmente queria todo o Tibet de volta à República Chinesa. Finalmente, o Secretário do Exterior da Índia, Sir A. Henry McMahon, convenceu a China e o Tibet a aceitarem, em princípio, um compromisso. Aos 27 de abril de 1914, os três plenipotenciários rubricaram um tratado redigido por Sir Charles Bell, e um mapa que mostrava os limites externos do Tibet em vermelho, enquanto uma linha azul separava o Tibet Interior, administrado por chineses, do domínio do Dalai Lama, no Tibet Exterior. A fronteira do Tibet com a Índia não se achava na agenda da Conferência. Por conseguinte, nem mesmo foi discutida (16).

A China não ficou satisfeita com a divisão do Tibet e repudiou a Convenção de Simla. Como resultado, a 5 de julho de 1914, um acôrdo bilateral sancionava a fronteira sôbre a qual a Índia e o Tibet haviam concordado. Uma troca de cartas confirmou esse ajuste (17).

Durante mais de 40 anos o Govêrno chinês questionou sôbre a validade da fronteira indo-tibetana, o que pareceria torná-la válida do ponto de vista do direito internacional. Finalmente, a China reconheceu a autoridade do Tibet na conclusão dos acordos internacionais, aceitando as credenciais do delegado tibetano em Simla.

Portanto, nenhuma mudança subsequente no **status** do Tibet poderia afetar seus acordos prévios sob qualquer forma. Contudo a República Popular agora contesta que «nem mesmo a Grã-Bretanha ousou tornar público até 1929 êsse resultado direto da agressão contra o Tibet, nunca reconhecido por nenhum Govêrno Central Chinês, ou mostrar, antes de 1936, mapas do resultado ilegal da Conferência de Simla» (18).

A Índia tentou explicar a demora da Grã-Bretanha em atualizar os mapas de Assam durante a primeira guerra mundial e o período da «grande depressão».

Contudo, tal como afirmou Sir Olaf Caroe, «o fracasso britânico em colocar os mapas em consonância com os acordos internacionais deixou a Índia com uma herança desnecessariamente difícil e colocou a China em terreno mais firme» (19). É verdade que, até 1936, tanto os mapas oficiais como os particulares do pôsto de fronteira do nordeste apenas mostravam «limites administrativos setentrionais de áreas tribais», em vez de uma fronteira internacional. Depois de 1936, a forma e local da própria linha McMahon variavam de mapa em mapa, principalmente devido a ajustes mais novos e mais exatos.

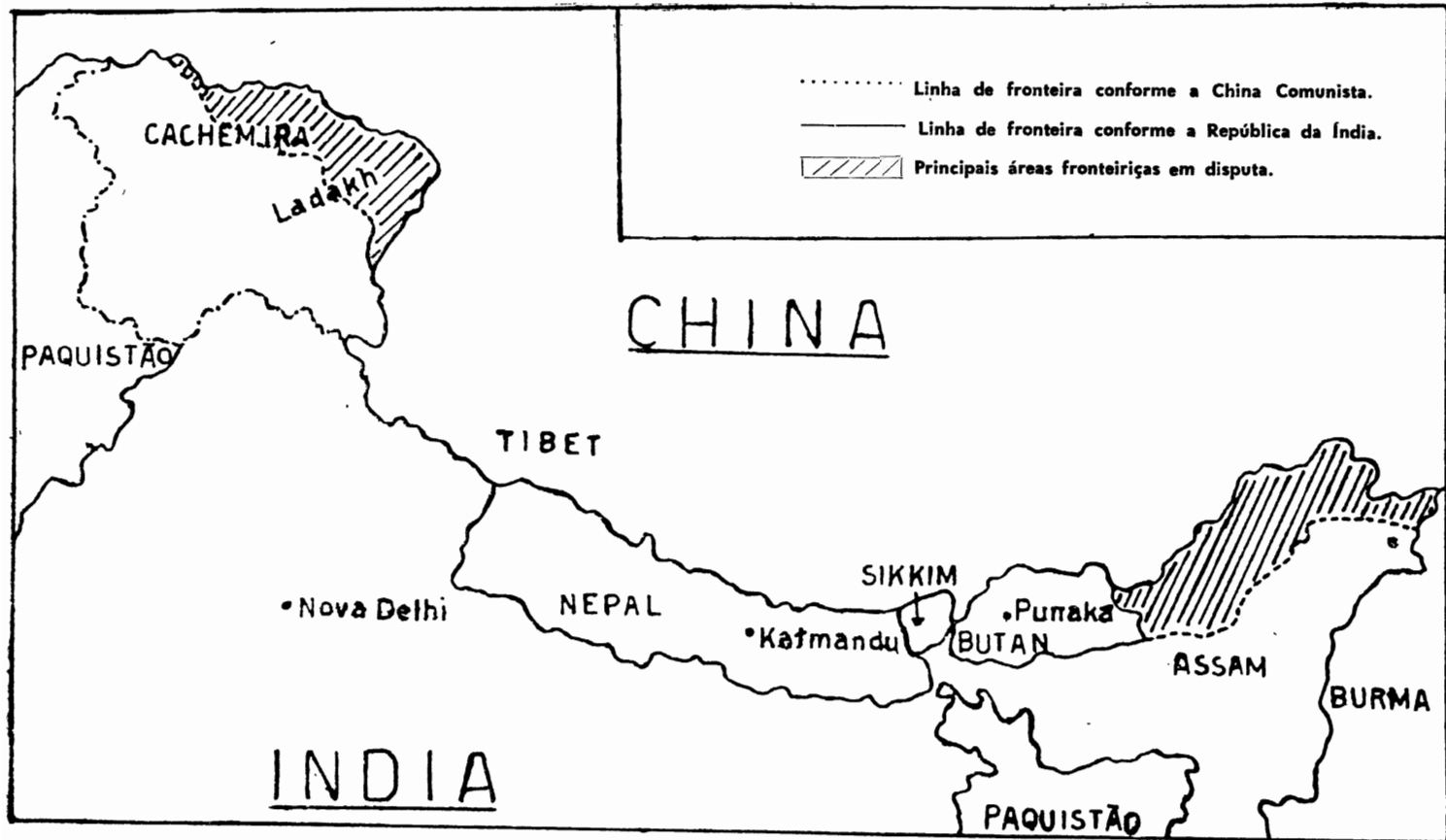
Os chineses sustentam que a Índia se expandiu para o norte da fronteira tradicional apenas para obstruir «a liberação pacífica do Tibet em 1951». Embora o alinhamento dos mapas chineses tenha sido algo consistente ao longo dos montes de Assam, sua escala é às vezes tão pequena que somente os símbolos de fronteiras cobrem mais do que a área disputada. Em um caso, a República Popular também se refere ao mapa na edição de 1929 da Enciclopédia Britânica. Isto demonstra mais claramente do que qualquer outra coisa que Aksai Chin é uma parte da Caximira.

Em novembro de 1959, a China propôs que cada lado se afastasse ao longo de toda a fronteira 20 quilômetros — umas 12½ milhas — da linha de controle atual. A desocupação teria deixado as forças chinesas bem dentro da Índia. Então, a Índia ofereceu retirar-se para o oeste da Linha Ladakh no mapa de 1956 que acompanhou a proposta, se os chineses se retirassem para o leste da fronteira tradicional apresentada nesse mapa.

Já que apenas o setor ocidental deveria ser novamente discutido, nenhum lado se retirou, mas os primeiros-ministros novamente se reuniram em abril de 1960. Concordaram em que os oficiais de seus países preparassem um relatório da Junta para negociações futuras sobre fronteiras.

Atualmente integram o Relatório dos Oficiais dois relatórios separados. Sua única conexão é a lista de oficiais e número, local e duração das reuniões que tiveram lugar entre junho e dezembro de 1960. A falta de acordo se refletiu até mesmo nos sumários separados da agenda! Esse documento deveria resumir os cinco tipos de evidência relevante, nomeadamente tratados, mapas, tradição, costumes e jurisdição administrativa. Deveria focalizar exatamente, com um mínimo de comentário editorial, os principais argumentos da China e da Índia. Em vez disso, em mais de 600 páginas entremeadas de controvérsia acrimoniosa e distorções, o Relatório é um compêndio confuso de informações geográficas detalhadas, baseadas em fontes não publicadas, improváveis ou, no máximo, não familiares (20).

A contribuição da China torna a leitura muito mais interessante. Sua erudição é inferior ao trabalho da delegação indiana, mas os chineses argumentam com conclusões opostas da mesma evidência, confundem delimitação com demarcação, e fazem muitas declarações errôneas. Por exemplo, admitem a existência de uma



«linha tradicional habitual sôbre a qual cada lado tem exercido jurisdição através os anos». Ao mesmo tempo, insistem na renegociação dêsse «resultado da agressão britânica». Ora, a República Popular Chinesa alega nada ter a China a ver com o tratado de 1842, por meio do qual a Caximira e o Tibet pleitearam o respeito por suas fronteiras e não mencionaram onde então se achava. Não sômente o acôrdo da China sustentou êsse tratado, desde 16 ou 17 de setembro de 1842, como tanto o Govêrno manchu e os republicanos observaram suas provisões comerciais até 1946 (21). A despeito da prova de delimitação, e mesmo da demarcação parcial da fronteira do Ladakh desde a partida involuntária dos mongóis em 1687, os chineses ainda contestam ser essa fronteira indefinida em seu todo e que tôdas as estradas através Aksai Chin, possivelmente 750 milhas, atualmente, estão em território chinês (22).

Amostras de mapas oficiais revelam que nem um lado nem outro têm sido consistentes em delinear Ladakh. Em 1893, a China apresentou Aksai Chin na Caximira, enquanto, em 1935, aumentou a Índia ao longo do Rio Chang Chenmo. A «pièce de résistance» é, naturalmente, o mapa de 1959, usado na proposta original da separação. Desde que mostra a fronteira atravessando o Lago Pangong, é claro que a República Popular Chinesa silenciosamente retirou êsse mapa em 1960.

O Govêrno da Índia insiste em que a fronteira Ladakh tenha estado na mesma posição em todos os levantamentos de mapas da Índia desde 1867.

Contudo, o seu mapa de 1946 apresenta essa fronteira no Vale de Karakash e ao longo da cordilheira de Kunlun, enquanto a linha do mapa político de 1959, anexo ao «White Paper» n. 2 da Índia, segue a Cordilheira e o Pass de Karakorum, umas 70 milhas mais ao sul, e súbitamente volta para o nordeste apenas para incluir Aksai Chin (23).

Como o tratado de 1954 devesse expirar aos 3 de junho de 1962, a República Popular propôs separar sua renovação das questões territoriais. A Índia, embora disposta a deixar os chineses continuarem usando a estrada militar através Aksai Chin, durante as negociações, insistiu em que cada lado se retirasse para o que o outro considerasse sua fronteira no Ladakh.

Quando a Índia publicou dezesseis notas protestando contra intromissões em Ladakh entre 10 de maio e 6 de junho de 1962, as tropas da República Popular Chinesa infiltraram-se nos limites mais baixos do Rio Galwan, cêrca de dez milhas além das que a China havia, anteriormente, requerido como fronteira. A 21 de julho, as fôrças indianas de Ladakh abriram fogo novamente — pela primeira vez desde o incidente do vale de Chang Chenmo em outubro de 1959. Posteriormente, no vale de Chip Cahp, umas 15 milhas ao sul do Karakorum Pass, mataram os chineses dois soldados indianos. Próximo ao Lago Pangong, mais de 100 mi-

lhas ao sueste, atiraram em uma patrulha indiana; mas não causaram danos (24).

No fim da primeira quinzena de setembro de 1962, recomeçaram os conflitos sobre a fronteira na extremidade leste da fronteira himalaia, que havia estado tranqüila desde o incidente de Longju em 1959. No dia 13, a Índia comunicou que os chineses haviam penetrado na área de Towang (Tawang), na proximidade do ponto tríplice de fronteiras do Butan. Uma semana mais tarde, a Índia travou um tiroteio em Dhola, umas duas milhas ao sul da Cordilheira de Thagla (ou Thangla), que forma a Linha McMahon nesse setor. A República Popular da China alegou ter o tiroteio tido lugar em território tibetano ao norte da fronteira, e mais uma vez recomendou que cada lado se retirasse 20 quilômetros ao longo de toda a fronteira. A Índia, porém, desejava apenas discutir sobre a linha Ladakh.

À parte de escaramuças esporádicas, a fronteira do posto de fronteiras Nordeste geralmente se conservou em paz até 10 de outubro de 1962, quando um atrito mais sério ocorreu na extremidade mais a oeste da Linha McMahon. Os dois lados alegaram ter agido em defesa própria. Novamente a Índia relatou ter o incidente ocorrido ao sul da Cordilheira de Thagala, enquanto os chineses mantinham ter o mesmo acontecido «na área Che Dong do Tibet, ao norte da assim chamada Linha «McMahon». Naturalmente, o mapa da Conferência de Simla, que embora represente mais um conceito do que uma realidade geográfica provada, não é inteiramente claro no setor de escoamento do Rio Kechilang.

Outra troca de notas precedeu o pedido da Índia de restauração do *status quo* que existia ao longo de toda a Linha McMahon aos 8 de setembro de 1962. A 14 de outubro, o Ministro da Defesa Krishna Menon convocou as tropas indianas para combaterem o invasor até o último homem e a última arma. Antes mesmo de se poderem preparar para a ação, nas primeiras horas de 20 de outubro, numericamente superiores, as forças chinesas lançaram uma ofensiva em cheio ao longo da fronteira nordeste da Índia. Ao mesmo tempo, a umas 1.000 milhas a oeste, os chineses capturavam certo número de postos indianos em Ladakh. Quatro dias mais tarde, propôs a República Popular fazer novamente pararem as patrulhas e o afastamento de 20 quilômetros da linha de controle atual a 7 de novembro de 1959. A China sugeriu que os primeiros-ministros negociassem em Pequim ou Nova Delhi, mas a Índia rejeitou essa proposta no dia em que foi feita. Entrementes, o Parlamento indiano havia adotado a resolução de «expulsar os agressores chineses do solo da Índia». O Presidente Radhakrishnan proclamou estado de emergência, e no dia 26, toda a nação se achava em pé de guerra.

As forças chinesas invadiram o posto de fronteiras Nordeste por mais de 100 milhas antes de suspenderem o avanço, a 21 de no-

vembro. Sustentados pela força aérea e pela artilharia, expulsaram as tropas indianas da cordilheira de Thagla, com 14.000 pés de altura, apoderaram-se dos postos avançados em Dhola e Khinzemane, próximo à extremidade oeste da Linha McMahon, e aposaram-se de Bum La Pass umas sete milhas ao sul de Dhola e cerca de dez milhas a leste da Cordilheira de Thagla. Na parte central da fronteira, os chineses ocuparam novamente Longju, capturada em 1959 e abandonada durante o verão de 1962 por causa de uma epidemia. Na extremidade leste da Linha McMahon, atacaram Kibitu, posto indiano a 20 milhas da fronteira de Burma. Apesar da amarga resistência indiana e pesadas perdas em ambos os lados, Towang, a 16 milhas ao sul da Linha McMahon, caiu aos 25 de outubro, e Walong, a leste, a 18 de novembro.

Após terem os chineses capturado Bomdila, 32 milhas ao sul de Se Ha Pass no oeste, no dia seguinte avançaram 40 milhas mais ao sul. Pararam, próximos aos campos petrolíferos de Digboi e das fronteiras do Paquistão Oriental, apenas quatro milhas ao norte de Foothills, uma pequena cidade à beira do Planalto de Assam.

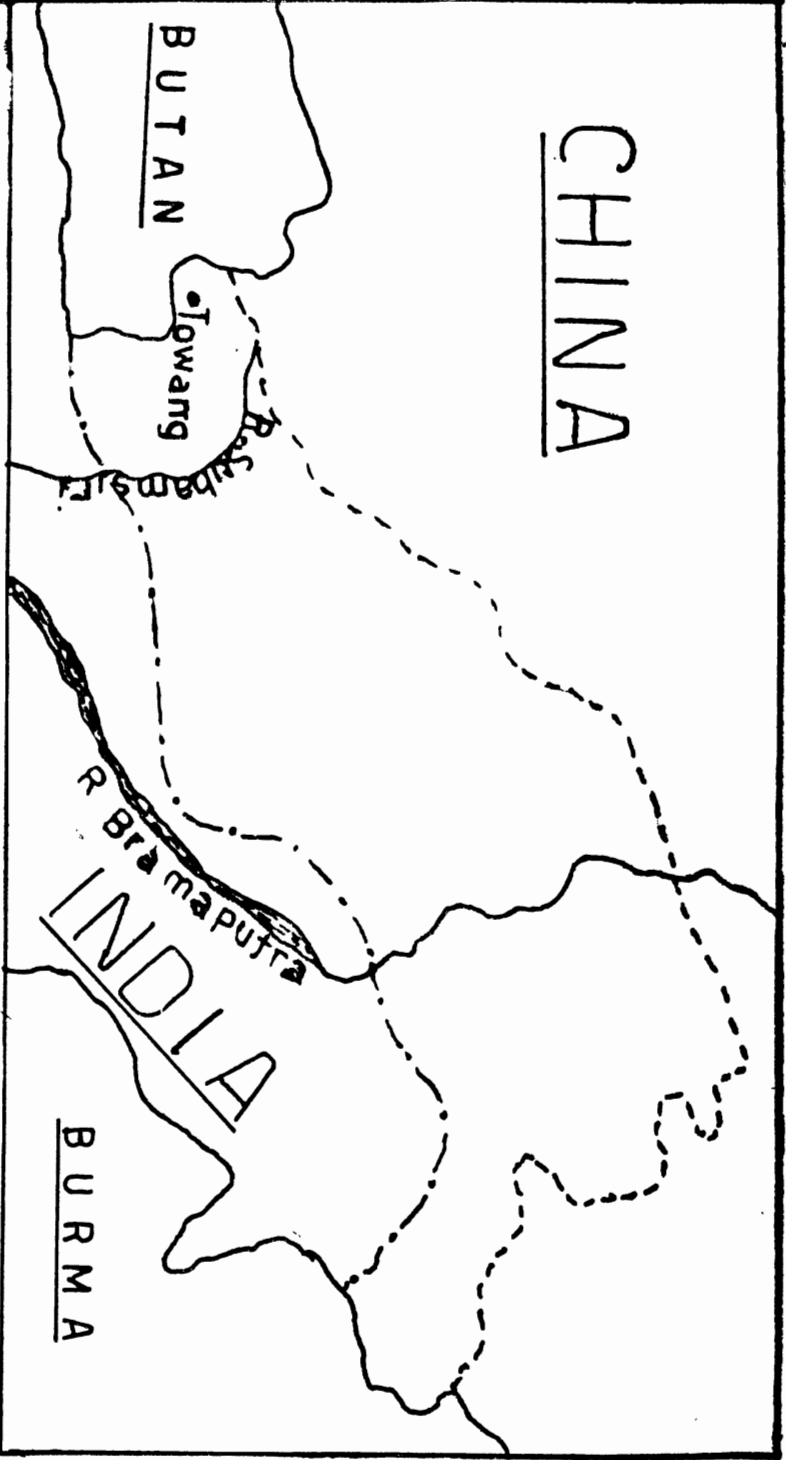
Na fronteira de Ladakh, as tropas indianas numa proporção superior de cinco a um, defenderam, com êxito, Daulat Beg Oldi, um posto avançado guardando o Karakorum Pass (e «terra-de-ninguém» desde 5 de novembro de 1962) e Chusul, na estrada de abastecimento de Leh e sul do Lago Pangong, porém Demchok, cerca de 100 milhas ao sudeste de Chusul, caiu em mão dos chineses, em 27 de outubro.

Provavelmente, a fim de evitar as acusações de falta de preparo, por parte da oposição, no Dia do Armistício, em 1962, Nehru disse durante um comício-monstro, em Nova Delhi, que «há dois anos a Índia já havia delineado um plano de operações contra a China». A imprensa chinesa acusou o Governo indiano de usar o conflito de fronteiras para afastar a atenção de resultados desfavoráveis das segundas eleições gerais e obter maior ajuda militar e outros auxílios dos Estados Unidos (25).

Antes do fim de 1962, a China e a Índia convidaram a Conferência de Chefes Neutralistas reunida em Colombo, a inspecionar a sua discutida fronteira; esta ação não exigia estabelecimento. Então a República Popular da China unilateralmente recuou 20 quilômetros para trás da linha de 7 de novembro de 1959, mas seus postos avançados «civis», pesadamente armados em território tradicionalmente indiano, auxiliados pelas bases aéreas do Tibet, e o acôrdo sino-paquistão de 2 de março de 1963 sobre a fronteira da Caximira, mal encorajaram a Índia a chegar a têrmos com qualquer vizinho.

* * *

CHINA



BUTAN

• Jowang

R. Sittoung

R. Brama Putra

INDIA

BURMA

SETOR ORIENTAL DAS FRONTEIRAS SINO-INDIANAS

..... Linha de fronteira de acordo com o ponto de vista indiano.

----- Linha de fronteira de acordo com o ponto de vista chinês.

Qual a perspectiva? Atualmente, a República Popular da China não cedeu uma polegada do território do qual se apoderou, embora até agora a maior parte das regiões fronteiriças disputadas esteja em mãos dos indianos. E' razoavelmente seguro dizer-se que o divisor de águas do Himalaia não dá a nenhum lado um esquema conveniente para a administração da fronteira disputada. No caso nem o princípio do divisor de águas nem a intenção dos contendores poderia apontar uma solução pacífica, e talvez as provas de jurisdição incontestada, as de ocupação efetiva e de administração atual — mais do que a reivindicação de afinidades étnicas — poderiam prover uma resposta.

A zona disputada se acha física e economicamente voltada para a Índia; étnicamente, é uma parte do domínio sinítico; estrategicamente, poderia beneficiar qualquer das duas. Onde não existe autoridade incontravésa para substanciar as reivindicações, a posse pode ser uma décima nona parte da lei. Esse ponto de vista, contudo, mal pode ser desculpado pela História, explicado pela Geografia ou justificado por interpretações diamétricamente opostas e distorções dos mesmos fatos básicos.

No conflito sino-indiano, os tratados são calamitosamente inadequados ou inteiramente ausentes. Já que a evidência cartográfica apenas pode suplementar tratados definidos, as fronteiras, nos mapas oficiais da China e da Índia, devem ser somente consideradas como reivindicações territoriais máximas expostas por seus governos (26).

A disparidade entre tratados, uso e costume, e a falta de jurisdição indiana efetiva, pareciam favorecer a República Popular da China em Ladakh. A China poderia aceitar, embora com modificações não muito importantes, o segmento médio da fronteira. Ao longo da Linha McMahon, porém, a China afirma que os ajustes locais não serão suficientes. Infelizmente, a República Popular da China está em posição de sustentar seu ponto-de-vista combinando a pressão diplomática com a ação militar, bastante pequena para evitar uma espécie de pânico de invasão que faria com que a Índia necessitasse das Nações Unidas ou de outro auxílio, contudo, bastante forte e sangrento para demonstrar que a República Popular da China se dispõe a negociar (27).

A escassez crônica de alimentos, água, roupas e outras necessidades básicas, muito mais urgentes do que uma disputa interminável sobre regiões limítrofes longínquas, causou letargia pública em tôda a Índia e forçou recente revogação de certas medidas de austeridade.

Embora provávelmente menos ominosa do que pretendia ser, mais de dez anos de conflito sino-indiano resultaram numa das mais explosivas situações da Ásia contemporânea. Caso piore esta situação, poderia abranger mais de um têtço do povo terrestre, e ter conseqüências extremamente sérias para o resto da humanidade (28).

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1) **Kirk, William**, "The Sino-Indian Frontier Dispute", *The Scottish Geographical Journal*, Vol. 76, N.º 1, p. 4, (April, 1960), para o conhecimento do ponto de vista britânico.
Panikkar, K.M., "The Himalayas and Indian Defence", *India Quarterly*, Vol. III, p. 127, (1947), para o conhecimento do ponto de vista indiano.
Leng, Shao Chuan, "India and China", *Far Eastern Survey*, Vol. XXI, (1952), para o conhecimento do ponto de vista chinês.
- 2) **Durand, Algernon G.A.**, *The Making of a Frontier*, London: John Murray, (1900).
Tayyeb, Ali, "The Durand Line", Manuscrito aceito pelo "The Canadian Geographer".
Spate, O.H.K., *India and Pakistan*, 2nd Ed., London: Methuen, (1957).
- 3) **Dorg, Desmond**, "Bhuran the Mountain Kingdom", *National Geographic Magazine*, CXII, p. 384, (September, 1961).
Dorg, Desmond, "Sikkim, Tiny Himalayan Kingdom in the Clouds", *National Geographic Magazine*, CXXIII, p. 398, March, (1963).
Karan, P.P., "Bhutan and Sikkim: Himalayan Shangri-La, Now Darkened by Communist China's Shadow, Faces up to the 20th Century", *Canadian Geographical Journal*, LXV, n. 200, (December, 1962).
Karan, P.P., and **Jenkins, William M.**, "Nepal" A Cultural and Physical Geography, University of Kentucky Press, Lexington, Kentucky, (1960).
Karan, P.P., and **Taylor, Alice**, *The Himalayan Kingdom: Bhutan, Sikkim and Nepal*, Princeton: Van Nostrand, (1963).
- 4) **Holditch, Col. Sir Thomas H.**, *Political Frontiers and Boundary Making*, p. 283, London, Macmillan, (1961).
- 5) **Mason, Kenneth**, "The Himalayan as a Barrier to Modern Communication", *The Geographical Journal*, LXXXVII, p. 1, (1936).
- 6) **Younghusband, Col. Sir Francis**, *India and Tibet*, p. 420, London: John Murray, (1910).
- 7) Publication Division, Ministry of Information and Broadcasting, *The Chinese Threat*, p. 11, Government of India Press, Faridabad, (1963).
- 8) **Ferr, Mark C.**, "India's Himalayan Frontier", *Far Eastern Survey*, Vol. XXII, p. 137, (1953).
Cf. "Buffer States — Their Historic Service to Peace", *Round Table*, Vol. XLV, p. 334, (1954-1955).
White Paper No. 1, p. 98, Government of India, Minister of External Affairs: New Delhi, (1959).
- 9) **Chacko, C.J.**, (Ed.) *The Sino-Indian Boundary*, p.6, The Indian Society of International Law, New Delhi, (1962).
- 10) **Cf. Article 4 of the 1954 Peking Agreement** specifying the following passes; (1) Shipki Le Pass, (2) Mana Pass, (3) Niti Pass, (4) Kungri Bingri Pass, (5) Darma Pass, and (6) Lipu Lekh.
- 11) **Bhutan prorrogou o tratado de 1910** quando a Índia se tornou independente em 1947.
Fall, Bernard B., "Red China's Aims in South Asia", *Current History*, Vol. 43, N. 253, p. 138, (September, 1962).
- 12) Ministry of External Affairs, India "White Papers, I-IV" *Notes, Memorando and Letters Exchanged and Agreements Signed between the Governments of India and China, 1954-1960*.
- 13) Ministry of External Affairs, India, *India-China Border Problem*, (October, 1959).
- 14) Indian National Congress, Bureau of Parliamentary Research, *India-China Border Problems*, Secretary, Congress Party in Parliament, New Delhi, (1960).
"India-China". *Keesing's Contemporary Archives*, Vol. 14, p. 19121, (December 8-15 1962).

- Karan, P.P., and Jenkins, William M., *The Himalayan Kingdoms*, Op. Cit., pp. 35ff.; 57ff; and 85ff.
- Strachey, Capt. Henry, "On the Physical Geography of Western Tibet", *Journal of the Royal Geographical Society*, Vol. XXIII, pp.1-69, (1853).
- Fisher, Margaret E., Rose, Leo E., and Huttenback, Robert A., *Himalayan Battleground*, p. 185, New York: Praeger, (1963).
- 15) Elwin, Verrier, "The North-East Frontier Agency of India", *The Geographical Magazine*, XXIX, p.405, (December, 1956).
- Elwin, Varrier, *A Philosophy for NEFA*, 2nd Ed., Shiltong: North-East Frontier Agency, (1959).
- Elwin, Verrier, *India's North-East Frontier in the 19th Century*, Bombay: Oxford University Press, (1919).
- Tayyeb Aly, "Observations on the Political Geography of the Area of the McMahon Line", Paper delivered before the 1963 Meeting of the Association of American Geography in Denver.
- 16) Bains, J.S., *India's International Disputes*, p.141, Bombay: Asia Publishing House, (1962).
- "Letter from Chou En-lai to Nehru, 8 September 1959", *White Paper II*, p. 29.
- 17) Atchison, C.U., (comp.) *A Collection of Treaties, Engagements and Sanads Relating to India and Neighboring Countries*, Vol. XIV, 5th Ed., Calcutta: Government of India Central Publication Branch, (1929-31); p. 34-35 for (Simla) Convention between Great Britain, China and Tibet, (1914).
- 18) People's Republic of China, *The Sino-Indian Boundary Question*. Enlarged edition p. 11. Peking: Foreign Languages Press (1962).
- 19) Caroe, Sir Olaf, *The Geography and Ethnics of India's Northern Frontiers*, *The Geographical Journal*, Vol. XLVII, p. 307, (September, 1960).
- 20) Report of the Officials of the Governments of India and the People's Republic of China on the Boundary Question, New Delhi: Ministry of Foreign Affairs, (1961).
- 21) Chacko, C.J., (Ed.), Op. Cit., p. 3, *Peace Treaty Between the Ruler of Jammu, the Emperor of China and the Lama, Guru of Lhasa*, (1842).
- 22) Cunningham, Sir Alexander, *Ladakh: Physical, Statistical and Historical*, London: W.H. Allen and Co., (1954).
- Ahmad, Zahiruddin, "The Ancient Frontier of Ladakh", *The World Today*, Vol. XVI, p. 323, (July, 1960).
- Field, A.R., "Strategic Developments in Sinkiang", *Foreign Affairs*, Vol. XXXIX, p. 312, (January, 1961).
- Alexandrewitz-Alexander, C.H., "The Legal Position of Tibet", *The American Journal of International Law*, Vol. XLIII, p.265 (April, 1954).
- Li, Tich-tseng, "The Legal Position of Tibet", *The American Journal of International Law*, p. 394, (April, 1956).
- 23) Comparar a carta G.S.G.S. 101 Hind 1:5.000.000, com o mapa politico ilustrando o White Paper n. 2;
- Mayfield, Robert C., "A Geographic Study of the Kashmir Issue", *Geographical Review*, Vol. 45, p. 181, (1955).
- 24) Keesing's Contemporary Archives, Op. Cit., p. 19121.
- 25) People's Republic of China, *The Sino-Indian Boundary Question*, Enlarged Edition, Op. Cit., p. 24-33, *passim*.
- 26) Phillips, P.L., "The Value of Maps in Boundary Disputes", *American Historical Association Annual Report*, Vol. 1, p. 457, (1896).
- Hyde, C.C., "Maps as Evidence in International Boundary Disputes", *American Journal of International Law*, Vol. 27, p.311, (1933).
- 27) Crone, G.R., "The Indo-Chinese Boundary", *The Geographical Journal*, Part III, Vol. CXXIX, pp 246-247. (June, 1963).
- Bain op. Cit. pp 163-164.
- Fall, op. Cit., p 139.

- 28) Leituras relacionadas sobre a fronteira sino-indiana-Zahiruddin, Ahmad, "The Ancient Frontier of Ladakh", *The World Today*, Vol. XVI, p. 313, (July, 1960).
- Armstrong, Hamilton Fish, "Where India Faces China "Foreign Affairs", Vol. XXXVII, p. 617, (July, 1959).
- Armstrong, Hamilton Fish, "Thoughts Along the China Border: Will Neutrality Be Enough, "Foreign Affairs", Vol. XXXVIII, p. 238, January, 1960).
- Bissendeu, Rosemary, "India and the Northern Frontier", *Australian Outlook*, Vol. XIX, p. 15, April, 1960).
- Caroe, Sir Olaf, "The India-Tibet-China Triangle", *Asian Review*, New Series, Vol. LVI, No. 205, p. 3, (January, 1960).
- Caroe, Sir Olaf, "The Geography of Ethnics of India's Northern Frontiers". *The Geographical Journal*, Vol. CXXVI, p.306, (September, 1960).
- Chaknovant, P.C., *India-China Relations*, Calcutta: Firma K. Mukhopadhyay, (1961).
- Connell, John, "The India-China Frontier Dispute", *Royal Central Asian Journal*, Vol. XLVII, p. 270, (July-October, 1960).
- Concerning the Question of Tibet, Peking: Foreign Languages Press, (1959).
- Dalai Lama, XIV, *My Land and My People*, New York: MCGRAW-HILL, (1962).
- Fisher, Margareth W., and Rose, Leo E., Ladakh the Sino-Indian Border Crisis, "Asian Survey", Vol. II, p.16 (January, 1960).
- Karan, P.P., "The India-China Boundary Dispute", *The Journal of Geography*, Vol. LIX, p.16 (January, 1960).
- Lattimore, Owen, "Indian-Tibet-China Starting Principle for Frontier Demarcation", *Economic Weekly, Annual*, p.135, (January, 1960).
- Lattimore, Owen, *Pivot of Asia: Sinkiang and the Inner Asia Frontiers of China and Russia*, Boston: Little; Brown, (1950).
- Levi, Werner, "India's Himalayan Border", *Contemporary Review*, Vol. CLXXXVIII, p. 40, (July, 1955).
- Levi, Werner, "Chinese-Indian Competition in Asia", *Current History*, Vol. XXXIX, p. 65, (February, 1960).
- Nair, Kussuni, "Where India, China and Russia Meet (Ladakh)". *Foreign Affairs*, Vol. XXXVI p. 330, (January, 1958).
- Kumar, Girja and Tewari, B.C., "India and World Affairs: An Annual Bibliography, 1959", *International Studies*, Vol. II, p. 317, (January, 1961).
- Palmer, Norman D., "Trans-Himalayan Confrontation", *Orbis*, Vol. VI, p. 513, (Winter, 1963).
- Rahul, R., "The Structure of the Government of Tibet: 1644-1911", *International Studies*, Vol. III, p.263, (January, 1962).
- Rao, K. Krishna, "Title to Territory", *Indian Journal of International Law*, Vol. II, pp. 200-210, (April, 1962).
- Richardson, Hugh Edward, *A Short History of Tibet*, New York: Dutton, (1962).
- Brown, W. Norman, "The United States and India and Pakistan". Harvard University Press, (1963).
- Rose, Leo E., *The Role of Nepal and Tibet in Sino-Indian Relations*, (PhD. Dissertation, University of California, Berkeley), (1960).
- Dinkar, Sakriker, "The Sino-Indian Border Dispute", *United Asia*, Vol. XII, N. 2, p. 109, (1961).
- Shanghi, Ramesh, *India's Northern Frontier and China*, Bombay: Contemporary Publishers, (1962).
- Sinha, Satyanarayan, *The Chinese Aggression: A First Hand Account from Central-Asia, Tibet and the High Himalayas*, New Delhi: Rama Krishna & Sons, (1961). Forward by General K.S. Thimayya.
- Snellgrove, David, *Buddhist Himalaya*, Oxford: Cassirer, (1957).
- Tewari, B.C. and Urmila Phadris, "India-China Border Areas Dispu-

te: A Selected Bibliography", *India Quarterly*, Vol. XVI, p. 155 (April-June, 1960).

Tucci, Giuseppe, *Nepal: The Discovery of the Malls*, New York; Dutton, (1962).

Whiting, Allen Sues and Sheng, General Shih-Ts' al, *Sinkiang: Pawn or Pivot? East Lansing, Michigan: State University Press*, (1958).

Wilber, D.N., "The International Aspects of Border Disputes in the Himalayan Region", *United Asia*, Vol. XII, N.º 4, p. 385, (1960).

India, *Annual Report of the Archeological Survey of India, 1905-06*, Calcutta: Superintendent of Government Printing.

India, Lok Sabha Secretariat. Lok Sabha Debates (15th Session), Series 2, Vol. XIX, N. 7, New Delhi, (1961).

India, Ministry of External Affairs, *Atlas of the Northern Frontier of India*, New Delhi, (1959).

India, Ministry of External Affairs. *Notes, Memoranda and Letters Exchanged and Agreements Signed Between the Governments of India and China* (White Paper n. 1, September 8, 1959), *Notes, Memoranda and Letters Exchanged Between the Government of India and China* (White Papers No. 11, November 4, 1959; n. III, February 29, 1960; N. IV, November 9, 1960; N. V, November 27, 1961; N. VI, July 28, 1962; N. VII, November 1, 1962). New Delhi.

United States, Central Intelligence Agency, *China: Provisional Atlas of Communist Administrative Units*, Washington, D.C. (U.S.) Department of Commerce, Office of Technical Services, (1959).

THE SINO-INDIAN FRONTIER QUESTION

This article holds an historical retrospect of problems and conflicts existing on the Sino-Indian Frontier that occurred ever since the Second World War.

The Author says that, as the litigious region is physically and economically turned towards India, it is also ethnically a part of the Sino domain.

Under this conflict of frontiers the treaties revealed themselves inadequate to solve the impasse. The official maps of China and India, in this case, must be considered as revendications raised by their respective Governments.

It is evident that the People's Republic of China is apt to stand its point of view, as far as it fits the diplomatic pressure with the military action. Such an action shows little importance to the purpose of avoiding an interference of the United Nations, but it becomes strong enough to fulfill a desire for immediate negotiations over the subject, and its consequent solution.

L'AFFAIRE SINO-INDIENNE

Cet article contient une rétrospection historique des problèmes et des conflits qui existent sur la frontière sino-indienne et qui ont eu lieu depuis la seconde guerre mondiale.

Dit l'auteur que, comme le région litigieuse est physiquement et économiquement tournée vers l'Inde, elle est aussi, d'une manière ethnique, une partie du domaine sino.

Dans ce conflit de limites les traités se révèlent inadéquats à la solution de la question. Les officielles de la Chine et de l'Inde, en ce cas, doivent être considérées comme des revendications soulevées par leurs respectifs gouvernements.

C'est évident que la République Populaire Chinoise a des conditions pour soutenir son point de vue lorsqu'elle concilie la pression diplomatique avec l'action militaire. Telle action révèle être de peu d'importance avec l'intention d'éviter une intervention des Nations Unies mais elle devient bien forte pour réaliser un désir de négociations immédiates sur le sujet et sa conséquent solution.